


**Entre a agência e a exploração:
reflexões historiográficas sobre
crianças e adolescentes explorados
nos mundos do trabalho adulto no
Brasil**

Between agency and exploitation: historiographical reflections on children and adolescents in the worlds of adult labor in Brazil

Entre la agencia y la explotación: reflexiones historiográficas sobre los niños y adolescentes en los mundos del trabajo adulto en Brasil

Anderson Rafael Lima da Silva¹

 [0000-0003-2923-1593](https://orcid.org/0000-0003-2923-1593)

Resumo: O artigo analisa a historiografia das infâncias e juventudes focada nas crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto no Brasil. Orientado na História Social do Trabalho e na Sociologia da Infância, discute a transição da visão de crianças passivas para sujeitos históricos e de direitos. Por meio de revisão bibliográfica, examina as dinâmicas de classe e a agência infantil perante o capital, visando desconstruir perspectivas adultocêntricas no estudo histórico da exploração precoce de crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto.

Palavras-chave: Historiografia das Infâncias. Crianças e Adolescentes. História Social do Trabalho. Mundos do Trabalho.

Abstract: This article analyses the historiography of childhood and youth, focusing on children and adolescents in the adult world of work in Brazil. Drawing on the social history of work and the sociology of childhood, it discusses the shift from viewing children as passive beings to recognising them as historical agents with rights. Through a review of the literature, it examines class dynamics and children's agency in relation to capital, with a view to deconstructing adult-centred perspectives in the historical study of the early exploitation of children and adolescents in the adult world of work.

Keywords: Historiography of Childhood. Children and Adolescents. Social History of Work. Worlds of Work.

Resumen: El artículo analiza la historiografía de la infancia y la juventud centrada en los niños y adolescentes en el mundo laboral adulto en Brasil. Basándose en la historia social del trabajo y la sociología de la infancia, discute la transición de la visión de los niños como sujetos pasivos a sujetos históricos y del derecho. A través de una revisión bibliográfica, examina las dinámicas de clase y la agencia infantil frente al capital, con el objetivo de desconstruir las perspectivas adultocéntricas en el estudio histórico de la explotación precoz de niños y adolescentes en los mundos del trabajo adulto.

Palabras-clave: Historiografía de la infancia. Niños y adolescentes. Historia social del trabajo. Mundos del trabajo.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, com bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. *Lattes:* [0381465657520363](https://lattes.cnpq.br/0381465657520363) - *E-mail:* anderson.lsilva@ufrpe.br.



Introdução

A partir da década de 1980, o campo de estudo sobre a infância no Brasil se expandiu significativamente. O tema, inicialmente restrito às áreas da Psicologia, Medicina e Pedagogia, foi se tornando objeto de estudo em outras áreas, como Geografia, Antropologia, Sociologia e História. Este movimento foi impulsionado, em parte, pela fragmentação dos estudos sobre a família e pelo surgimento de novas abordagens sobre a infância moderna. Esses novos olhares permitiram uma compreensão mais aprofundada e contextualizada da infância como uma fase crucial do desenvolvimento humano.

Em um contexto de expansão, os temas abordados pelos pesquisadores apresentaram uma diversificação significativa. O foco foi ampliado para além das questões de crianças em conflito com a lei, incluindo uma análise mais aprofundada das realidades de crianças em situação de rua e das diferentes formas de violência a que estão sujeitas. Ao mesmo tempo, emergiu a percepção da diversidade de experiências infantis no Brasil. Esse novo olhar rejeitou visões homogêneas e generalistas, propondo estudos que considerassem as infâncias em suas variadas formas e contextos sociais, culturais e geográficos. Dessa forma, surgiram pesquisas sobre as infâncias rurais, ribeirinhas, quilombolas, periféricas, indígenas, LGBTQ+, ciganas e outras, reconhecendo a diversidade de experiências que convivem no país e enriquecendo o campo de estudo com novas perspectivas, de acordo com a tendência de transdisciplinaridade e aproximação com os estudos da História do Tempo Presente, campo historiográfico focado na análise do passado recente, cujos processos e conflitos ainda estão em aberto e reverberam intensamente na sociedade contemporânea, caracterizando-se pela coexistência temporal entre o pesquisador e os sujeitos históricos.

Nesse cenário de reconhecimento das múltiplas infâncias, emerge um problema central que vem movimentando a historiografia brasileira: a inserção precoce e a exploração de crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto. Historicamente tratados como 'menores' ou meros complementos da renda familiar em contextos de pobreza extrema, esses sujeitos foram submetidos a dinâmicas de exploração que lhes negaram viver plenamente suas infâncias e adolescências. Diante disso, questiona-se: como a historiografia tem abordado as experiências nos mundos do trabalho adulto dessas infâncias e adolescências marginalizadas frente às demandas do sistema capitalista e às estruturas adultocêntricas?

A categoria *Crianças e Adolescentes Explorados nos Mundos do Trabalho Adulto*, utilizada no título deste artigo e retomada ao longo da escrita, propõe uma ruptura epistemológica com o termo genérico *trabalho infantil*, deslocando o foco da simples modalidade de trabalho etária para a demarcação mais firme das relações de poder e exploração predatória. Afastando-se de perspectivas que priorizam a agência individual isolada e cooptada pelas lógicas de consumo no século XX, o conceito ancora-se na definição desses indivíduos como sujeitos históricos e de direitos que, embora submetidos a processos de exploração material, ocupam um lugar central na história. Essa perspectiva ganha novos contornos na História do Tempo Presente ao confrontar o legado do paradigma “menorista” — marcado pelo controle e invisibilidade — com o estatuto jurídico de Sujeito de Direitos, consolidado após a promulgação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990).

Ao nomear essa realidade como uma inserção precoce nos *mundos do trabalho adulto*, o conceito define a inserção desses sujeitos em mundos do trabalho desenhados exclusivamente por e para adultos, em que sua condição peculiar de desenvolvimento e os mecanismos legais criados para sua proteção são ignorados em favor da exploração e reprodução das desigualdades sociais.

A relevância deste artigo reside na necessidade urgente de romper com a invisibilidade histórica e institucional imposta a esses jovens trabalhadores. Em uma sociedade marcada pelo adultocentrismo, um dispositivo de controle adulto que inferioriza as infâncias, dar visibilidade às práticas de exploração do trabalho é fundamental não apenas para a compreensão crítica do nosso passado recente, mas também para a desconstrução de discursos que romantizam ainda hoje ou naturalizam a exploração de crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto sob a falsa premissa de salvação contra a criminalidade ou vadiagem.

A presente análise afasta-se de abordagens deterministas. O texto fundamenta-se na intersecção teórica entre a História da Infância e Juventude, que reconhece crianças e adolescentes, em sua multiplicidade, como sujeitos históricos, indivíduos dotados de capacidade de significar seu mundo e ser interferido por ele, e a História Social do Trabalho. Recorrendo a categorias como classe e experiência, propostas por teóricos como Edward P. Thompson e Karl Marx, e às reflexões de Hannah Arendt sobre a condição do labor, busca-se



entender como as estruturas produtivas moldaram e foram moldadas pelas crianças e adolescentes.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo principal analisar a historiografia dedicada à exploração de crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto no Brasil. Especificamente, busca-se demonstrar como a transição de um paradigma menorista para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos permitiu novos contornos nas pesquisas, evidenciando as lutas, as vivências e as violências sofridas por esses sujeitos nos mundos do trabalho adulto.

Para dar conta dessa proposta, o texto estrutura-se em três eixos principais. Inicialmente, discutem-se alguns paradigmas clássicos sobre as infâncias e a consolidação do conceito de *múltiplas infâncias*. Em seguida, apresentam-se os aportes teóricos da História Social do Trabalho essenciais para a compreensão da infância explorada. A terceira seção realiza um balanço historiográfico das pesquisas sobre o trabalho infantil no Brasil a partir do Grupo de Trabalho em História das Infâncias e Juventudes da Associação Nacional de História (ANPUH).

A Invenção da Infância e o Paradigma das múltiplas infâncias e adolescências

A historiadora Michelle Perrot (2009) faz uma contribuição significativa ao analisar a infância como um objeto de intervenção social e política. Perrot, com base em documentos franceses do século XIX, demonstra uma mudança no papel da criança na estrutura familiar, que passa a ocupar um lugar de maior relevância, assumindo uma posição central no afeto e nos investimentos da família. Nesse período, a infância se torna um alvo de atenção tanto no âmbito econômico quanto educacional, e o Estado passa a enxergar a criança como o futuro cidadão, responsável pela continuidade da nação. Esse reconhecimento gera uma série de ações por parte de diversos grupos, como filantropos, médicos e estadistas, todos visando proteger, educar e disciplinar as crianças, consolidando o papel da infância como objeto de cuidado e regulação social.

Os estudos de Perrot (2009) também estendem a sua análise à adolescência, que começa a ser tratada com a mesma atenção. Nesse contexto, surgem as primeiras leis de caráter social voltadas para as crianças na França, como a limitação do tempo de trabalho nas fábricas, conforme observado por Braga (2016). Embora muitas dessas medidas não tenham



sido efetivas, elas representam um avanço significativo ao evidenciar o crescente interesse do Estado e de outros setores da sociedade por essa parcela da população. Além das ações estatais, os sindicatos de trabalhadores também se mobilizavam para proteger as crianças, especialmente no que diz respeito à regulação do trabalho.

O interesse pela adolescência também aumentava, evidenciando uma divisão clara entre as concepções de infância e adolescência. Essa separação interna no próprio conceito de *juventude* revela diferentes preocupações e formas de intervenção, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil, refletindo a crescente complexidade das relações sociais e econômicas envolvendo essas fases da vida. Dessa forma, Archard (2014) e Perrot (2009) contribuem para uma perspectiva mais complexa da infância e adolescência, salientando como essas categorias evoluíram ao longo do tempo, se adaptando às necessidades culturais, políticas e econômicas de cada período histórico.

A adolescência, além de um perigo para os próprios indivíduos, era também um perigo para a sociedade, tornando-se frequente na época a imagem do adolescente criminoso. Internatos e pensionatos foram constantemente criticados, sendo apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais (Braga, 2016, p. 27).

Neste artigo, dialogaremos com as duas categorias, *Infância e Adolescência*, considerando que ambas, apesar de algumas particularidades, sofrem diretamente com o adultocentrismo e, por isso, podem ser observadas reforçando suas semelhanças. Em diversas sociedades, essas duas categorias estão em conflito, se encontram e se cruzam, com diversas situações que envolvem ritos de passagem e construções socioculturais de cada sociedade. Numa mesma cultura, podem existir diferentes concepções de infância e adolescência.

Ao reconhecermos a diversidade das vivências infantis, é imprescindível evitar uma visão abrangente e totalizante que negligencia as múltiplas infâncias e adolescências vividas por diferentes grupos sociais. Em vez disso, devemos adotar uma perspectiva multidisciplinar que reconheça essas variações e leve em consideração a existência das diversidades. Essas múltiplas infâncias e adolescências são influenciadas por fatores como classe social, etnia, localização geográfica e contexto histórico, e precisam ser analisadas em suas especificidades para podermos compreender de maneira mais completa as complexas formas de viver em diferentes tempos e lugares (Coutinho, 2009).



Diante de uma sociedade que se concentra no adulto, as crianças e os adolescentes não são considerados sujeitos, mas sim algo que será; sendo assim, indivíduos incompletos e, conseqüentemente, pouco valorizados nos contextos sociais e históricos. Assim, crianças e adolescentes são privados de participação e agência, a partir de uma estratégia de proteção e perspectiva de aprendizagem, que pouco dialogam com a realidade e materialmente reproduzem um papel de inferioridade para as múltiplas formas de viver a infância e a adolescência.

Dessa forma, desenvolve-se o adultocentrismo, um dispositivo colonial de produção e reprodução estrutural e histórica de injustiça e exclusão de crianças e adolescentes, por meio de estratégias de controle e proibição, disfarçada de uma lógica da proteção e aprendizagem para a vida adulta. Rosenberg (1976) reforça que o adultocentrismo, assim como outros sistemas hierárquicos de distribuição de poder, só reproduz desigualdade e preconceito, reforçando a ordem vigente das coisas.

Quijano (2000), ao pensar os instrumentos de poder utilizados pela colonização, demonstra a estratégia da construção de um imaginário que vai se construindo percepções de diferenças radicais entre os colonizados e os colonizadores. Um é caracterizado como incapaz, sem razão, filhos da barbárie. O colonizador se molda a partir da razão, com capacidade e dever moral de levar cultura e sabedoria aos colonizados. Deste modo, “[...] a partir de discursos colonizados, as crianças pequenininhas passam a carregar sobre si os estereótipos de incapazes, pré-abstratas, etc., construindo imagens discursivas sobre elas que versam a respeito de uma suposta não potencialidade para a produção de cultura” (De Macedo *Et al.* 2017, p. 41).

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana da escala social (Quijano, 2009, p. 73).

Os estudos históricos demonstram as diferentes percepções de infância e de ser criança em diferentes culturas, o que nos leva a refletir sobre como abordar essas múltiplas infâncias sob novos enfoques das Ciências Sociais, especialmente no campo da Sociologia da Infância. Este campo de pesquisa, ao adotar uma abordagem multidisciplinar, compreende as diversas formas de viver a infância e o significado de ser criança na sociedade atual. Este



campo de pesquisa surgiu a partir dos estudos da Sociologia da Família no Brasil na década de 1980, e desenvolveu-se a partir de interações com outras disciplinas, como a Antropologia da Infância, a Geografia da Infância e a História das Infâncias, constituindo um campo de pesquisa interdisciplinar para compreender de forma mais ampla e profunda as infâncias. A abordagem interdisciplinar não apenas questiona, como também desafia a forma como fazemos ciência ao estudar as crianças e suas experiências.

O sentimento de infância teria se desenvolvido pela consciência da alteridade das crianças em relação aos adultos. Nos processos de sua construção como sujeito civilizado o adulto descobre na infância. Um outro, em outros tempos dessa construção. Em tempos prévios, de ausência, de inferioridade, imaturidade. Civilizadamente inferior, mas germe do adulto civilizado. A infância civilizada passa a ser valorizada como possibilidade do projeto de civilização através do adulto civilizado. Não valorizada em função da própria infância (Arroyo, 2008, p. 125).

Uma das principais mudanças trazidas pelos novos estudos está relacionada à superação do paradigma tradicional que concebia a infância como uma etapa natural e universal da vida, caracterizando as crianças como seres passivos. Semelhante à visão iluminista do aluno, entendido como um recipiente vazio que espera ser preenchido pelo conhecimento e autoridade dos adultos. Contudo, os novos paradigmas no estudo das infâncias apresentam uma perspectiva que valoriza o pensamento crítico e reconhece a participação das crianças na construção de sua própria infância.

Em contraposição à tradicional visão da infância como um tempo sem voz, sem pensamento, sem maturidade, marcado pela negatividade, se revela uma infância com voz, pensamento, cultura, autonomia, capacidade de fazer escolhas e de construir seu universo. Se apresentam as crianças como atores sociais, morais e culturais plenos, consequentemente sujeitos da construção de suas formas de ser. As crianças não seriam passivas na conformação social de seu tempo, sofrem a diversidade de efeitos dos aspectos estruturais, mas também suas ações são estruturantes, através delas se autoconstróem (Arroyo, 2008, p. 134).

Dessa forma, a infância deixa de ser entendida como uma etapa predeterminada e homogênea, passando a ser entendida como uma experiência plural e dinâmica, moldada pelas interações sociais e culturais nas quais as crianças estão inseridas. Por meio de sua agência, as crianças não apenas vivenciam a infância, mas também influenciam a construção social desse conceito, participando ativamente do processo de transformação e redefinição das normas e expectativas sociais relacionadas à infância.



Assim, a Sociologia da Infância não apenas reformula o papel das crianças na sociedade, mas também desafia as abordagens tradicionais, evidenciando a relevância de reconhecer suas capacidades e direitos plenamente.

[...] nossa perspectiva é pensar que maneira a criança pode ela própria interrogar sua infância, de que maneira a criança pode infletir, interrogar, subtrair e resistir à ideia de infância, quando ela se apresenta como um dispositivo fabricado e, de certa maneira, garantidor de um funcionamento da sociedade (Abramowicz & Moruzzi, 2017, p. 34).

De acordo com Corsaro (2011), a produção de culturas infantis é resultado das “reproduções interpretativas” que as crianças fazem a partir da apropriação criativa das informações e do conhecimento produzidos no mundo adulto, que as influenciam, mas também são influenciados pelas infâncias. “As culturas infantis não se constroem no vazio; elas são um dos componentes da totalidade, estando em relação direta com o que é produzido pelos jovens, adultos/as e velhos/as. As crianças estão no mundo e não em um mundo à parte” (De Macedo, 2017, p. 99).

Ao reconhecer a criança como um sujeito capaz de questionar e refletir sobre sua própria condição, atribui-se a ela um poder de agência. Esse reconhecimento desafia a concepção tradicional da infância como uma fase exclusivamente passiva e dependente, enfatizando a participação ativa das crianças no processo de construção de suas experiências. A infância, assim, não é apenas uma construção social que molda as crianças de maneira unidirecional; ela é simultaneamente influenciada, moldada e contestada pelas próprias crianças. Pensando em um contexto pós-1990, estas infâncias e adolescências se encontram com uma nova concepção, a de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Essa dimensão também tem como objetivo aumentar o papel desses sujeitos na sociedade, reforçando sua condição de sujeitos históricos e de participantes ativos na sociedade e nas formulações e interpretações de políticas públicas.

Outro ponto crucial é o reconhecimento da infância como uma construção social, composta por um conjunto de mecanismos que envolvem o controle, normas e leis, além de diferentes pressupostos filosóficos, teológicos, jurídicos, pedagógicos e psicológicos. Nesse sentido, a infância é uma entidade anterior à criança e existe independentemente dela, sendo moldada pela imagem que os adultos projetam sobre os jovens. A infância, assim, é concebida com o propósito de moldar e disciplinar a criança, retirando-lhe, em muitos casos,



sua potência transformadora. Como observado por Abramowicz & Moruzzi (2017, p. 34), “[...] a criança está empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas de infância, sendo, por isso, também uma prisioneira política”.

Reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos históricos com capacidade de agência, no entanto, exige confrontar os limites impostos pelas estruturas sociais nas quais eles estão inseridos, especialmente quando essas infâncias e adolescências são empurradas precocemente para o mundo do trabalho adulto. Quando crianças e adolescentes, em suas multiplicidades de experiências sociais, colidem com as engrenagens da exploração capitalista, a História Social do Trabalho auxilia na busca pela problematização desse fenômeno social.

É nesse cruzamento interdisciplinar que ferramentas teóricas se tornam essenciais: Hannah Arendt (2011) nos permite analisar como a imposição do labor degradante atua na perda da autonomia e da liberdade de ação dessas crianças; Karl Marx (1982) revela como a inserção precoce não é uma exceção, mas uma consequência estrutural das demandas de acumulação do capital; e Edward P. Thompson (1980, 1987a, 1987b, 2011) nos oferece a lente da *experiência* para compreender que essas crianças e adolescentes, mesmo sob extrema exploração, não são meras vítimas passivas, mas sujeitos que vivenciam, constroem significados e resistem dentro das relações de classe. Assim, o olhar historiográfico sobre crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto no Brasil ganha novos contornos.

Trabalho, classe e experiência: diálogos teóricos

O campo da História da Infância e Juventude no Brasil tem ampliado significativamente suas frentes de pesquisa, consolidando-se como um Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de História (ANPUH)². Atuando em seminários nacionais e estaduais, publicando artigos, livros, dossiês e uma crescente produção audiovisual em seus canais oficiais, resultado de eventos e da interação com instituições de pesquisa internacionais, como a Rede de Estudos de História das Infâncias na América Latina

² A Associação Nacional de História (ANPUH) é a principal entidade representativa dos profissionais e pesquisadores de História no Brasil. Para organizar os debates e fomentar a pesquisa em áreas específicas, a Associação se divide em Grupos de Trabalho (GTs) temáticos.



(REHIAL)³. Inicialmente, grande parte das pesquisas se concentrava em fontes adultas que abordavam crianças e adolescentes sob a sua ótica. No entanto, observamos, nas últimas décadas, um crescimento expressivo de pesquisas que priorizam fontes produzidas pelas próprias crianças e adolescentes. Muitas dessas pesquisas estão alinhadas à História do Tempo Presente, enfatizando as infâncias e adolescências como sujeitos históricos ativos.

No campo da História da Infância e Juventude, especialmente aqueles que pesquisam a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, utilizam pressupostos teóricos oriundos da História Social do Trabalho. Esses aportes teóricos fornecem ferramentas valiosas para que os historiadores possam compreender e problematizar categorias centrais, como *classe*, *trabalho* e *experiência*, no contexto específico das infâncias e adolescências ao longo da história.

A relevância da filosofia de Hannah Arendt (2011) para o debate reside em sua problematização da condição humana e das relações entre trabalho, ação e liberdade. Sua reflexão sobre a importância do trabalho tanto na esfera pública quanto na privada possibilita uma melhor análise sobre a exploração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho adulto. Levantando questões sobre a alienação e a perda da capacidade de ação e autonomia das crianças submetidas a condições de trabalho degradantes.

No livro *A condição humana*, a filósofa alemã Hannah Arendt (2011) realiza um estudo inovador sobre o conceito de *trabalho*. Arendt começa por estabelecer uma distinção importante entre trabalho e labor, fundamentando sua análise não em teorias pré-modernas, mas em uma nova abordagem crítica.

[...] a simples circunstância de que todas as línguas europeias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que para nós, hoje, é a mesma atividade, e conservam ambas a despeito do fato de serem repetidamente usadas como sinônimas (Arendt, 2011, p. 90).

De acordo com Arendt, na Grécia antiga, havia um notável desprezo pelas ocupações que não estavam diretamente associadas à política. O labor, relacionado às atividades de subsistência, era considerado indigno de respeito.

³ A Rede de Estudos de História das Infâncias na América Latina (REHIAL) é uma organização formada por pesquisadores e acadêmicos dedicada à promoção e consolidação da história das infâncias como um campo de estudo específico no continente. Impulsionada inicialmente por investigadoras do México, Argentina e Brasil para superar esforços fragmentados, a rede fomenta espaços de circulação, intercâmbio e discussões teóricas, metodológicas e pedagógicas.

Originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida em que as exigências da vida na polis consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase em sua abstenção (*skhole*) de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço. (Arendt, 2011, p. 91).

Segundo Arendt (2011), o labor está vinculado à subsistência e preservação da vida humana, ao passo que o trabalho produz bens duráveis, que deixam rastros e vestígios permanentes no mundo.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo artificial: de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. [...] A condição humana do trabalho é a mundanidade (Arendt, 2011, p. 15).

A autora aponta para a transformação da categoria *trabalho*, outrora desprezada na antiguidade, em uma atividade valorizada. Ela menciona, primeiro, Locke, que relaciona o trabalho à propriedade privada; depois, Adam Smith, que o enxerga como fonte de riqueza; e, finalmente, Karl Marx, que o vê como a base da produtividade e uma expressão da essência humana. Arendt discorda dessas interpretações porque elas equiparam labor e trabalho, ignorando a distinção crucial entre as duas categorias.

A teoria marxista, formulada inicialmente por Karl Marx, desempenha um papel fundamental ao oferecer uma análise estrutural das relações de classe e da dinâmica do trabalho nas sociedades capitalistas. Isso permite que os historiadores compreendam melhor como as condições econômicas e as estruturas de poder influenciaram as vidas de crianças e adolescentes, especialmente das classes mais vulneráveis. Marx também revela que o envolvimento precoce de crianças no trabalho foi uma consequência direta das demandas do sistema capitalista de produção e da exploração da força de trabalho dos adultos.

Segundo a perspectiva da sociologia clássica marxista, o trabalho, enquanto atividade essencialmente humana, não se restringe às sociedades modernas e contemporâneas. Ao longo da história, o ser humano atuou sobre a natureza, transformando-a e moldando-a conforme suas necessidades. Nos estudos de Marx sobre a classe operária inglesa no final do



século XVIII, ele identifica diferentes formas de trabalho, evidenciando a complexidade e a importância dessa categoria para a história.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1982, p. 149).

O trabalho, segundo Marx, adquire a posição de atividade vital, sendo a forma pela qual o ser humano satisfaz suas necessidades básicas e garante a manutenção de sua existência física. No entanto, o autor destaca um ponto crucial: a atividade vital consciente é o que distingue o ser humano dos demais animais. Enquanto os animais realizam suas atividades vitais de maneira instintiva e inconsciente, o ser humano age de acordo com propósitos e objetivos estabelecidos por sua consciência. É essa capacidade de planejar e antecipar mentalmente o resultado de suas ações que torna o trabalho humano uma atividade livre e criativa. Marx (1982, p. 150) ilustra essa ideia com a famosa metáfora: “Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”. Essa analogia destaca a capacidade do ser humano de conceber mentalmente o produto antes de realizá-lo fisicamente, um atributo exclusivo da espécie humana.

O historiador britânico Edward P. Thompson (1987a, 1987b, 2011), em sua trilogia sobre a formação da classe operária inglesa, oferece uma abordagem que privilegia o conceito de *classe* e *experiência*. Ele permite que os pesquisadores da História não apenas entendam a classe trabalhadora como uma entidade estrutural, mas também compreendam as vivências e resistências das crianças e adolescentes nesse contexto. Ao reconhecer essas faixas etárias como sujeitos históricos ativos, Thompson ajuda a direcionar o foco para como as crianças, dentro de suas próprias condições materiais e culturais, construíram significados e agiram no mundo do trabalho.

Segundo Thompson (2011), a classe social é constituída por meio da luta de classes, em vez de ser determinada unicamente por aspectos econômicos ou estruturais. A classe não é algo predeterminado por condições econômicas objetivas. Em vez disso, constitui-se historicamente, sendo considerada uma classe devido às experiências compartilhadas nas



lutas, contradições e movimentos dos trabalhadores. Assim, a consciência de classe se desenvolve organicamente a partir das vivências e práticas cotidianas dos operários em suas tentativas de resistir à exploração.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas (Thompson, 2011, p. 9).

Neste sentido, o conceito de *experiência* toma centralidade nas discussões do autor para a compreensão da formação da classe e da “consciência de classe”. A experiência, para Thompson (1987a), não é simplesmente uma vivência subjetiva, mas sim uma articulação concreta da condição existencial do trabalhador, resultante de sua inserção nas relações de produção. Quando falamos de experiência vivida no sentido de Thompson, nos referimos à vivência cotidiana da condição de existência proletária. Essa experiência não ocorre isoladamente, mas sempre no contexto das relações sociais de produção, nas quais os indivíduos são, muitas vezes, inseridos de forma involuntária. Assim, o próprio conceito de *classe* está diretamente relacionado a essas estruturas produtivas que definem o lugar social dos trabalhadores.

Os homens e mulheres [...] retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] da mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (Thompson, 1980, p. 182).

Segundo essa perspectiva, o sujeito da ação histórica é composto por individualidades pessoais, homens e mulheres que trabalham e vivem suas próprias histórias em condições objetivas específicas. O conceito de *experiência*, nesse contexto, refere-se a uma “experiência histórica”, que cria um espaço de ação em que se constitui o sujeito dessa experiência ao longo do tempo, sendo este um sujeito capaz de elaborar narrativas sobre sua própria vivência (Alves *Et al.* 2013).

Apesar de ter sido relativamente negligenciada, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes tem sido um tema recorrente no campo dos estudos. Muitas pesquisas, ainda que indiretamente, se cruzavam com as relações de trabalho presentes nas fontes históricas. A iniciação precoce ao trabalho, especialmente entre crianças e adolescentes das classes



populares no Brasil, era incentivada como único meio de sobrevivência. Esse fenômeno envolvia tanto aqueles que eram encaminhados às instituições de assistência aos “menores” ao longo da história, quanto famílias forçadas a inserir seus filhos no mundo do trabalho adulto em contextos de superexploração da mão de obra e aumento da pobreza.

A exploração como regra: o Estado da Arte sobre crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto na historiografia brasileira

Durante a década de 1980, no Brasil, dois trabalhos fundamentais para o estudo da exploração da mão de obra infantil e adolescente no contexto do trabalho foram publicados. O primeiro deles é o livro *Comerás o pão com o suor do teu rosto — as condições de emprego do menor trabalhador*, escrito pelos sociólogos Sadi Dal-Rosso & Mara Lúcia S. Resende (1985). Embora os autores não sejam historiadores nem atuem diretamente no campo da História da Infância e Juventude, essa obra se tornou uma referência pela abordagem transdisciplinar nos estudos, refletindo historicamente sobre o processo e os impactos da exploração no século XX.

Os autores lançam uma análise aprofundada sobre a situação vivida por crianças e adolescentes no mundo do trabalho no Brasil. Eles afirmam que “[...] os menores fazem parte de uma inesgotável reserva de força de trabalho utilizada, em níveis variáveis, desde pequenos estabelecimentos familiares até grandes empresas” (Dal-Rosso & Resende, 1985, p. 11). Ao abordar essa questão, os autores criticam uma das análises mais recorrentes ao examinar o trabalho infantil, que se baseia na ideia de que as crianças entram no mercado de trabalho apenas como uma estratégia de reprodução dos grupos domésticos em situação de pobreza.

Para fundamentar essa crítica, Dal-Rosso & Resende levantam três pontos principais de discussão. O primeiro ponto questiona a tendência das pesquisas que retratam o trabalho infantil como um meio de complementar a renda familiar das camadas mais pobres, ignorando que a produção de riqueza gerada por esse trabalho não é apropriada pela própria criança ou adolescente. Isso faz com que seu trabalho seja explorado da mesma forma que o dos adultos. Assim, os autores observam que “[...] ficam escondidas as relações existentes entre o trabalho menor, a acumulação capitalista e as desigualdades sociais” (Dal-Rosso & Resende, 1985, p. 13).



O segundo ponto de crítica é a ênfase, no período estudado, na inserção das crianças e adolescentes no chamado trabalho informal, o que acaba por obscurecer a realidade de uma parcela significativa de menores que trabalham em empresas capitalizadas ou em vias de capitalização, tema central do estudo.

Por fim, o terceiro, destaca que o trabalho de crianças e adolescentes não pode ser visto apenas como uma estratégia de subsistência para indivíduos ou famílias. Ao contrário, ele faz parte de um sistema mais amplo, integrando o conjunto do trabalho social necessário à reprodução da sociedade capitalista na totalidade. Para os autores, isso revela que a exploração da mão de obra de crianças e adolescentes não se limitava à sobrevivência familiar, mas era peça fundamental no funcionamento e na perpetuação das desigualdades estruturais do sistema capitalista.

O trabalho do menor constitui uma das formas socialmente utilizadas para a produção de capital e sua reprodução. O trabalho do menor precisa, pois, ser entendido como uma destas formas utilizadas em certas fases da acumulação (como são o trabalho dos velhos, das mulheres e dos homens adultos), variando seu emprego conforme as condições sociais da época (Dal-Rosso & Resende, 1985, p. 13).

A segunda obra, escrita pela historiadora e membro fundadora do GT História da Infância e Juventude da ANPUH, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (1982), intitulada *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores Sexo e Idade na dinâmica do Capital*. No livro, a autora pesquisa a participação de mulheres e “menores” no mercado de trabalho industrial em São Paulo, do final do século XIX ao início do século XX. Os dois principais fatores observados são sexo e idade, e seus papéis na dinâmica de exploração da força de trabalho no capitalismo em rápida industrialização.

Segundo a autora, mulheres e “menores” constituíam a base da população trabalhadora industrial, vista sob o prisma da desigualdade de gênero e da fragilidade legal na defesa dos trabalhadores “menores”. Moura (1982) enfatiza a dupla opressão enfrentada pelas mulheres, que tinham que ser, ao mesmo tempo, trabalhadoras mal remuneradas e responsáveis pelos afazeres domésticos, com pouco reconhecimento social. A utilização industrial de “menores” era vista como um mecanismo para reduzir os custos de produção, facilitando a acumulação de capital à custa da exploração de forças de trabalho baratas e indefesas.

A insuficiência das leis protetoras é evidenciada na relação entre a situação real e as leis trabalhistas oficiais da época em que as categorias nomeadas se encontravam. A historiadora recorre a censos e outros documentos oficiais para delinear o panorama das condições de vida e de trabalho em que essas duas categorias poderiam se posicionar. Isso permite que ela argumente que a integração de mulheres e “menores” no setor industrial não tinha a ver com a sobrevivência familiar, mas fazia parte de um processo maior: *a reprodução do capital social*.

Ainda em decorrência da pesquisa realizada nas indústrias de São Paulo, Esmeralda Blanco publicou dois importantes estudos para o entendimento da inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho em São Paulo, nas obras organizadas por Mary del Priore (1995; 2020). O primeiro, *Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo* (1995), presente no livro *História da Criança no Brasil* e o segundo *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo* (2020), publicado na coletânea *História das Crianças no Brasil*. Ambos os estudos focam na participação de crianças no ambiente industrial de São Paulo, explorando as condições de trabalho em um período de rápida industrialização.

No primeiro estudo, a autora utiliza como principal fonte histórica os jornais comerciais e sindicais para evidenciar a prática recorrente de recrutamento de mão de obra infantil nas fábricas de São Paulo, no início do século XX. Os anúncios de emprego direcionados a crianças e adolescentes para trabalharem, especialmente no setor têxtil, revelam como essa prática era amplamente aceita e promovida, apesar de manifestações contrárias também publicadas.

Essas reações são, com frequência, emitidas por médicos e sanitaristas e se acham fundamentadas principalmente na precariedade das condições de trabalho – jornada excessiva, trabalho noturno, falta de segurança no trabalho, insalubridade, baixa remuneração – às quais essa mão-de-obra é submetida, fundamentando-se também na idade muitas vezes insuficiente desses menores frente às funções que exercem (Moura, 1995, p. 112).

Além disso, o texto destaca a frequência de acidentes de trabalho envolvendo “menores”, uma realidade alarmante nas fábricas e oficinas paulistas daquela época. A presença dessas crianças e adolescentes no ambiente industrial gerou uma série de críticas e reações, que foram amplamente discutidas e publicadas pela imprensa, mostrando um crescente desconforto social em relação às condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores mais jovens.



No segundo texto, *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo* (2020), a autora amplia a sua análise, usando uma combinação de jornais sindicais de grande circulação e dados oficiais das indústrias do Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, para analisar a situação de crianças e adolescentes no ambiente de trabalho. Assim como em outros lugares do mundo, a instalação e expansão da indústria em São Paulo levaram uma parcela significativa das crianças e adolescentes das classes mais desfavorecidas a trabalhar nas fábricas.

Um aspecto notável levantado na pesquisa é a relação entre a imigração e a presença de crianças trabalhadoras. A autora explora como a imigração, especialmente a italiana, teve um papel crucial na formação da classe operária paulistana. A partir de dados oficiais e de jornais operários, ela mostra que bairros como o Brás, onde a concentração operária era significativa, assumiram uma forte identidade italiana. Muitos desses imigrantes, incluindo as crianças, chegaram ao Brasil no final do século XIX e foram rapidamente incorporados à força de trabalho industrial (Moura, 2020, p. 261).

Ao analisar as condições das fábricas, nota-se que o improvisado era uma constante: espaços inadequados, iluminação e ventilação deficientes, e a total ausência de medidas de segurança no trabalho. Apesar dessas condições, a busca por produtividade era incessante, com as fábricas, como as da família Matarazzo, adquirindo maquinários vindos da Europa, especificamente projetados para o uso de crianças. Além dos frequentes acidentes de trabalho, as crianças sofriam diversos tipos de violência nas fábricas, como maus-tratos por parte de patrões e trabalhadores superiores, além de violência sexual. A repressão ao ato de brincar nas fábricas, muitas vezes violenta, reforçava a negação da infância nesse ambiente, sendo comum que os próprios supervisores e até colegas de trabalho participassem dessas ações.

Além de suportar longas jornadas de trabalho e diversas formas de violência, as crianças e adolescentes recebiam salários muito inferiores aos de outros trabalhadores, eram mais suscetíveis a doenças e apresentavam uma maior taxa de mortalidade devido a acidentes de trabalho. Essas condições extremas levaram a uma série de greves e reivindicações, na maioria articuladas por médicos e sanitaristas por meio da imprensa, exigindo leis de proteção ao trabalho infantil. O movimento sindical também desempenhou um papel



fundamental na luta por leis mais rigorosas, embora a prática do trabalho infantil tenha persistido por muito tempo, muitas vezes à margem das regulamentações.

Ainda no livro *História das Crianças no Brasil*, o capítulo *Crianças e Adolescentes nos Canaviais de Pernambuco*, das historiadoras Christine Dabat e Ana Dourado em conjunto com a socióloga Teresa Corrêa de Araújo (2020), tornou-se uma referência ao analisar o cotidiano de crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. As autoras destacam como crianças e adolescentes eram integrados ao trabalho na monocultura da cana-de-açúcar, desempenhando funções cruciais na economia canavieira. A pesquisa revela o ciclo de exploração a que essas crianças e adolescentes estavam submetidas, sendo obrigadas a interromper seus estudos durante a colheita para contribuir com a renda familiar. Essas práticas evidenciam a continuidade da exploração do trabalho de crianças e adolescentes em áreas rurais, mesmo diante de legislações que visavam a sua erradicação.

O capítulo também aborda o impacto social e físico desse trabalho precoce na vida das crianças e adolescentes, que eram expostos a condições exaustivas e perigosas, prejudicando seu desenvolvimento educacional e sua saúde. As autoras conectam esses elementos às questões estruturais da economia local, em que a mão de obra de crianças e adolescentes é vista como uma extensão natural das tradições familiares agrícolas. A análise coloca em perspectiva o papel do Estado, das políticas públicas e a necessidade de uma maior proteção legal para essa parcela da população vulnerável. Essas reflexões fazem do estudo uma referência importante para a compreensão das dinâmicas do trabalho infantil na região e suas consequências de longo prazo.

Esse capítulo dialoga diretamente com o livro *Moradores de Engenho* de Christine Dabat (2012). Especialmente no capítulo intitulado *Memórias de infância nos canaviais*, a historiadora oferece uma rica análise da história social do trabalho de crianças e adolescentes nas usinas de açúcar de Pernambuco entre 1930 e 1950. A partir de um extenso acervo de entrevistas com trabalhadores rurais que vivenciaram sua infância nesses canaviais, Dabat reconstrói a memória coletiva de uma geração que cresceu em meio à exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Esses relatos pessoais oferecem uma perspectiva detalhada sobre as condições de trabalho, o impacto social e psicológico sobre as crianças, e como essas experiências moldaram a vida adulta desses indivíduos.



As lembranças da infância dos canavieiros entrevistados revelam uma parte primordial de sua experiência e formação, bem como uma dimensão característica da organização capitalista da produção canavieira na qual estavam inseridos (Dabat, 2012, p. 493).

O trabalho de crianças e adolescentes no meio rural, apesar de ser uma prática secular, só recentemente passou a ganhar visibilidade, em parte devido à mudança de atitudes da própria sociedade e à maior conscientização sobre as condições enfrentadas por essa parcela da população. Dabat, em sua análise, utiliza como fonte histórica essencial o estudo realizado por Tereza Wanderley (1993), intitulado *Trabalhadores Invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco*, financiado pelo Centro Josué de Castro. Esta pesquisa foi fundamental para revelar a invisibilidade desses jovens trabalhadores, oferecendo uma nova perspectiva sobre a exploração de crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco e contribuindo para a maior sensibilização da sociedade em relação a esse problema.

A pesquisa de Dabat (2012) também revela a forte presença do contexto familiar na inserção precoce das crianças e adolescentes no trabalho rural. Meninos, em geral, começavam a trabalhar entre os 7 e 12 anos, auxiliando frequentemente os pais em pequenas plantações familiares antes de ingressarem nos canaviais. O trabalho de crianças e adolescentes era visto como parte de um ciclo de vida inevitável e, em muitas famílias, todos trabalhavam. Embora houvesse uma certa resistência ao envolvimento das meninas nos canaviais devido ao esforço físico exigido e à ameaça de abusos sexuais, um tema ainda pouco discutido entre os pesquisadores. As crianças e adolescentes realizavam tarefas “mais leves”, como amarrar feixes de cana e controlar carros de boi, mas o pagamento era proporcionalmente menor, e muitas vezes, era o chefe da família que negociava o salário de todos os membros, tentando garantir um pagamento mais justo.

Além disso, a dificuldade de acesso à educação nas áreas rurais é um tema recorrente no trabalho de Dabat. O analfabetismo era extremamente alto devido à ausência de escolas, e as crianças e adolescentes, muitas vezes, interrompiam qualquer tentativa de instrução formal para entrarem precocemente no mundo do trabalho. Quando a instrução existia, era limitada à escrita do nome, repassada por moradores locais que desempenhavam o papel de professores improvisados. A frustração pela falta de oportunidades de educação é fortemente destacada nos depoimentos coletados, ilustrando o ciclo de pobreza e exclusão social enfrentado por essas crianças e adolescentes.



A professora Silvia Maria Fávero Arend, também membro fundadora do Grupo de Trabalho História da Infância e Juventude da ANPUH, publicou dois artigos com importantes contribuições para o campo no Brasil. Arend explora de maneira aprofundada as legislações que regulamentaram a exploração do trabalho de crianças e adolescentes em diferentes períodos históricos, oferecendo uma análise crítica da construção e implementação dessas normativas.

O artigo *Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930–1945)* (2008). A autora, ao abordar a regulação do trabalho infantil em Florianópolis, reflete, também, sobre como o Estado brasileiro, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, implementou normas legais para regulamentar as relações de trabalho infantojuvenil, sob a supervisão das autoridades judiciárias.

A pesquisa explora como essas legislações contribuíram para a construção de uma noção específica de infância, marcada por representações sociais de gênero e influenciada pelas normas burguesas. As crianças das famílias pobres urbanas passaram a ser vistas de forma diferente, conforme o Estado tentava conciliar os direitos à infância e as demandas do trabalho.

No contexto de Florianópolis, a regulamentação menorista impôs limites à exploração de crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto, ao mesmo tempo em que mantinha uma divisão de gênero. As meninas eram frequentemente associadas a trabalhos mais domésticos, enquanto os meninos eram designados para atividades manuais e produtivas.

A legislação buscava proteger esses sujeitos, mas, em muitos casos, ainda refletia desigualdades sociais e de gênero, predominantes na época. As autoridades judiciárias desempenharam um papel crucial ao operacionalizar essas leis, utilizando-as para moldar as relações de trabalho e as expectativas de comportamento entre crianças e adolescentes.

A autora conclui que as políticas implementadas nesse período contribuíram para consolidar uma nova noção de infância, que se afastava progressivamente da ideia de “pequenos adultos” que participavam do mercado de trabalho em pé de igualdade com os adultos. Contudo, essas legislações também reforçaram estereótipos de gênero e classe social, influenciando a maneira como as crianças eram tratadas em diferentes contextos sociais e profissionais.

O segundo artigo, intitulado *Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978–1989)*, Arend (2015) tem como foco específico as regulações internacionais sobre o trabalho infantojuvenil. Utilizando como fonte o documento *Legislative History of the Convention on the Rights of de Child* produzido pela organização não governamental *Save the Children*, a historiadora destaca as tensões entre países na busca por uma regulação internacional para o trabalho infantojuvenil.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, elaborada com a participação dos representantes diplomáticos do Brasil, foi aprovada em 1989. Esta normativa internacional começou a ser gestada, em 1978, a partir de um texto inicial apresentado pelos representantes do governo da Polônia à Organização das Nações Unidas. Neste texto inicial, estavam expressos os preceitos dos Direitos Humanos aplicados ao universo infantojuvenil. Ao longo de 10 anos, representantes diplomáticos dos países membros da Organização das Nações Unidas e de Organizações Não Governamentais debateram os temas apresentados no texto inicial, bem como outras questões complementares (Arend, 2015, p. 32).

Um dos pontos centrais do artigo é a disputa sobre a definição de infância, particularmente em relação à idade mínima para o trabalho, à quantidade de horas trabalhadas e à obrigatoriedade escolar.

Entre a redação inicial e a redação final do Artigo 32, constatamos uma preocupação dos legisladores em regulamentar o labor infantojuvenil em relação a três questões. A primeira diz respeito à idade em que o infante pode ingressar no mercado de trabalho. De maneira geral, os corpos diplomáticos de vários países e instituições não governamentais sugeriram que meninos e meninas pudessem começar a trabalhar quando atingissem a idade de 14 anos.

A outra questão refere-se à quantidade de horas de trabalho, bem como os espaços/estabelecimentos em que as crianças, adolescentes e jovens poderiam trabalhar. Para os formuladores da legislação internacional, cada país necessitava regulamentar esta duas questões consideradas de vital importância no decorrer dos debates (Arend, 2015, p. 35-36).

Os países desenvolvidos, a exemplo da Nova Zelândia, indicavam a posição em propostas mais restritivas e protetivas em relação aos direitos de crianças e adolescentes, reforçando o compromisso com a erradicação da exploração do trabalho infantojuvenil. A Nova Zelândia, inclusive, afirmava ter eliminado todas as formas de trabalho infantojuvenil em 1960. No entanto, essas propostas enfrentavam resistência dos diplomatas de países em desenvolvimento, nos quais o trabalho infantil, especialmente no setor agrícola, desempenhava um papel crucial na economia.

Nessas regiões, as crianças e adolescentes eram frequentemente explorados para suprir a demanda de mão de obra barata, e a retirada repentina desse contingente gerava



preocupações sobre o impacto econômico, especialmente em setores rurais que dependiam dessa força de trabalho para a produção agrícola. A divergência entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento reflete não apenas as diferentes realidades econômicas, mas também as distintas concepções de infância: “A noção de infância burguesa tem como uma de suas premissas básicas a assertiva segundo a qual a criança é um ser em formação. Nesta perspectiva, a produção do corpo do infante de maneira saudável é vital, especialmente quando esta população necessita trabalhar” (Arend, 2015, p. 38).

Apesar das divergências, a Convenção resultou em um compromisso global que visava proteger os direitos das crianças, ao mesmo tempo que reconhecia as limitações econômicas de nações em desenvolvimento. A autora ressalta a importância desse tratado como marco histórico na luta pelos direitos de crianças e adolescentes no mundo, embora os desafios para sua plena implementação permaneçam.

Outros trabalhos que merecem referência são os produzidos pelo historiador Humberto Miranda. Na sua tese de doutorado intitulada *Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964–1985)*, Miranda (2014), constrói uma narrativa histórica sobre crianças e adolescentes que passaram pela experiência de internação nas unidades da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem) durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. A partir de fontes diversificadas, como memórias pessoais de ex-internos, reportagens de jornais da época e documentos oficiais, o historiador oferece um panorama das condições enfrentadas por esses sujeitos em Pernambuco. A tese analisa não apenas o cotidiano das unidades, mas também a relação dessas crianças com o trabalho informal, que muitas vezes antecedia a sua internação.

Um exemplo é o relato de Carlos, uma criança que, antes de ser internada, realizava pequenos trabalhos na sua comunidade, conquistando certo prestígio entre os vizinhos, conforme Miranda (2014, p. 137):

Carlos ressaltava como era importante ser reconhecido pela comunidade onde morava, como o ‘garoto trabalhador’. Era no morro que ele carregava frete de areia e de água para atender às demandas de seus vizinhos. De acordo com seu discurso, muitas vezes colaborou para a construção dos ‘arrimos’ físicos que sustentavam os barracos dos morros, na procura de se tornar um ‘arrimo’ de sua família.

Carlos, além de realizar trabalhos na comunidade, também se envolvia em pequenos furtos junto a colegas, encontrando maneiras, muitas vezes à margem da lei, de obter dinheiro



ou objetos de valor. Essas práticas infracionais eram comuns entre crianças e adolescentes que, como Carlos, viviam em contextos de vulnerabilidade social. Quando flagrados cometendo atos infracionais, podiam ser enviados para internação nas unidades da Febem, que adotavam a “pedagogia do trabalho” como uma forma de ressocialização. A instituição defendia que o ensino profissionalizante, voltado para trabalhos manuais, seria um caminho para afastar esses jovens do crime e reintegrá-los à sociedade.

É possível afirmar que essa ação da Febem está intimamente relacionada à ideia que vinculava o trabalho braçal à ideia de um trabalho menor, que deveria ser realizado pelos pobres. Foi a partir dessa lógica que muitas das crianças e dos adolescentes brasileiros que pertenciam às famílias pobres não tiveram os direitos à educação e de planejarem sua vida profissional (Miranda, 2014, p. 169).

A política de educação profissional nas Febems refletia uma visão social em que o trabalho era visto como o único mecanismo capaz de distanciar esses jovens da criminalidade. No entanto, essa abordagem negligenciava a complexidade das causas estruturais que levavam crianças e adolescentes à prática de delitos, como a pobreza, a exclusão social e a falta de oportunidades.

No artigo *De tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas: crianças e (in)justiças do mundo do trabalho na década de 1930*, Humberto Miranda (2021a) investiga as condições de exploração e violência enfrentadas por crianças e adolescentes no trabalho em Recife nos anos 1930. Utilizando fontes como jornais, legislações e processos criminais, o autor retrata como as crianças e adolescentes eram submetidos a jornadas exaustivas e perigosas, sofrendo maus-tratos e acidentes no ambiente laboral.

Além dos maus-tratos por parte dos patrões, as crianças e os adolescentes enfrentavam o problema dos acidentes de trabalho. Os jornais do período também denunciavam acidentes sofridos pelas crianças durante o trabalho. Em novembro de 1931, o Diário de Pernambuco trazia outra notícia de acidente de trabalho envolvendo os pequenos trabalhadores (Miranda, 2021a, p. 3).

A pesquisa evidencia que, embora houvesse uma legislação trabalhista incipiente, como o *Código de Menores*, ela era raramente respeitada pelos empregadores, que se aproveitavam da mão de obra barata. Casos de acidentes, como o de Manuel Francisco, que teve seu braço direito esmagado por uma locomotiva de uma usina de açúcar, revelam o perigo constante a que as crianças e adolescentes eram expostos nas fábricas e usinas, manuseando máquinas inadequadas para suas idades. Jornais operários da época também



desempenhavam um papel importante ao denunciar esses abusos, orientando as famílias sobre como proceder em casos de acidentes e repressões.

[...] Mas João não estava sozinho. Os jornais da época denunciavam constantemente os acidentes envolvendo os menores nos locais de trabalho. No dia 2 de julho de 1930, o menor Arlindo Bezerra da Silva, empregado na Padaria Rio Branco, localizada no bairro da Torre, acidentou-se. Naquela manhã, a moenda esmagou o braço esquerdo do operário (Miranda, 2021a, p. 8).

A análise expõe como as injustiças e violências sofridas pelas crianças trabalhadoras eram, muitas vezes, invisibilizadas pela sociedade e pelo Estado, revelando a complexidade da luta por direitos trabalhistas infantis na época.

Por fim, destaco o artigo *Crianças no mundo do trabalho adulto: a História de Grilo e as memórias de infâncias perdidas (Recife, 1920–1930)*. Humberto Miranda (2018). O fio condutor da narrativa é a história de Grilo, apelido do político pernambucano Gregório Bezerra, que ainda criança vivia nas ruas da capital, sobrevivendo a uma realidade marcada pela exploração e injustiças sociais.

O autor foca na forma como essas crianças, incluindo Grilo, foram socialmente marginalizadas e inseridas em um sistema que as obrigava a desempenhar trabalhos típicos de adultos.

Nas ruas, Grilo passou a vender jornais. A efervescência econômica e cultural do Recife se refletiu no campo da imprensa escrita, quando, nesse período, o número de jornais que circulavam na cidade era bastante expressivo. [...] os gazeteiros se tornavam imprescindíveis para a viabilização do trabalho, uma vez que eles eram encarregados de distribuir e comercializar os jornais nos mais distantes e diferentes locais da cidade. Os vendedores de jornais dinamizaram o mundo do trabalho, proporcionando um novo campo de sustentabilidade social e econômica voltado para um número expressivo de pessoas que não tiveram oportunidade de estudar ou de se profissionalizar (Miranda, 2018, p. 154).

Esses trabalhadores, muitas vezes, sofriam ainda intervenção dos agentes do governo, a partir de uma perspectiva de controle sobre os “pequenos jornaleiros”.

Os Livros de Entrada e Saída da Casa de Detenção do Recife são documentos que nos mostram como era processado o controle sobre os ‘pequenos jornaleiros’, uma vez que nesses registros está apontada toda a dinâmica da atuação policial. Neles, estão expostos os motivos das prisões dos ‘pequenos jornaleiros’ e observamos qual a categoria criminosa em que eles se inseriam. Tais categorias foram construídas da lógica policialesca, que, por sua vez, pertenciam ao projeto de controle social forjado a partir dos novos interesses políticos e econômicos da sociedade burguesa da época (Miranda, 2018, p. 155).

O artigo contextualiza o Recife da época como um espaço urbano repleto de desigualdades, em que as vidas de crianças como Grilo se entrelaçam com histórias de



exploração e luta por sobrevivência. A pesquisa de Miranda (2018) é um resgate dessas memórias perdidas, ressaltando como essas crianças enfrentaram desafios impostos pelos interesses adultos, sendo muitas vezes esquecidas tanto pela sociedade quanto pelas políticas públicas da época. O estudo é um importante testemunho histórico que possibilita que vozes dessas infâncias negligenciadas sejam colocadas em papel de protagonismo na história.

Os estudos sobre a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho adulto ainda são pontuais no campo da História da Infância e Juventude, mas possuem grande relevância social. Isso se deve, em parte, à permanência de discursos históricos, como o defendido institucionalmente pela Febem, onde o trabalho é visto como um meio de afastar a criança da marginalidade. Como coloca Humberto Miranda (2018), essa visão reflete uma contradição social profunda: enquanto o trabalho infantil é defendido como necessário para a classe pobre, para as crianças das classes mais abastadas, a educação cumpre esse papel de “proteção” contra a criminalidade. A história de crianças e adolescentes no mundo do trabalho adulto é, portanto, inseparável das dinâmicas de classe e deve ser debatida com uma perspectiva crítica.

Considerações Finais

A análise da historiografia sobre a inserção de crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto revela um percurso de profundo amadurecimento intelectual e político na escrita da História. Ao superarmos a visão limitante e adultocêntrica que relegava as infâncias ao papel de meras vítimas passivas ou “menores” tutelados pelo Estado, o cruzamento entre a Sociologia da Infância, História das Infâncias e Juventude e a História Social do Trabalho demonstrou ser uma ferramenta analítica indispensável. Ao mobilizar o conceito de *criança-ator* e *múltiplas infâncias e adolescências* em diálogo com as categorias de *experiência* e *classe social*, a historiografia contemporânea nos permite enxergar que esses sujeitos históricos não apenas sofreram a exploração ditada pela acumulação do capital, mas também vivenciaram, resistiram e construíram significados próprios em meio ao trabalho fabril, às ruas urbanas e aos canaviais.

As pesquisas de autoras e autores consolidados demonstraram que a exploração precoce nunca foi um desvio do sistema, mas uma engrenagem estrutural para o barateamento da força de trabalho e a perpetuação das desigualdades. Além disso, o balanço historiográfico



evidência como as legislações e instituições “protetivas”, do *Código de Menores* à pedagogia do trabalho das antigas Febems, frequentemente funcionaram muito mais como dispositivos de controle social e criminalização da pobreza do que como garantidoras de direitos fundamentais. Fica claro que a história da exploração de crianças e adolescentes nos mundos do trabalho adulto no Brasil é inseparável das dinâmicas de dominação de classe e da colonialidade.

É importante destacar, contudo, que este balanço não esgota o tema, mas reflete um campo de pesquisa em franca expansão. Impulsionado pela atuação de redes como a REHIAL e o Grupo de Trabalho de História das Infâncias e Juventudes da ANPUH, o estudo das crianças nos mundos do trabalho adulto vem construindo novos caminhos. Trabalhos recentes de novas gerações de historiadores continuam a desbravar esse território, ampliando o escopo metodológico com o uso da História Oral, da cultura material e de produções das próprias crianças, e aprofundando debates interseccionais que cruzam a exploração de crianças e adolescentes com as questões de raça, gênero e as territorialidades rurais, urbanas e periféricas.

Por fim, historicizar a exploração de crianças e adolescentes é um exercício fundamental de História do Tempo Presente, ao desvelar as raízes de um menorismo estrutural, conceito cunhado pelo historiador Humberto da Silva Miranda (2021b), que se refere a uma concepção autoritária, discriminatória e adultocêntrica que continua a balizar o tratamento dado a crianças e adolescentes pobres e periféricos no Brasil. Ancorado no classismo e no racismo, o menorismo nega a esses sujeitos a condição de plenos direitos, enquadrando-as sob o velho estigma jurídico e social do "menor". Por sua dimensão estrutural, essa matriz punitivista está profundamente arraigada no cotidiano institucional, manifestando-se frequentemente em decisões judiciais, pedagógicas e socioassistenciais, o que contribui de forma direta para a reprodução contínua da violência e das profundas desigualdades contra as infâncias marginalizadas.

A historiografia atua como um instrumento de denúncia e conscientização. Compreender a complexidade dessas infâncias e adolescências nos mundos do trabalho adulto no passado é o passo primordial para combater as narrativas contemporâneas que insistem em romantizar a exploração precoce, garantindo que a escola e o direito ao pleno



desenvolvimento substituam, de forma definitiva, o suor e a invisibilidade nos mundos do trabalho.

Referências

Abramowicz, Anete; Moruzzi, Andrea Braga. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância. **Crítica Educativa**. v. 2, n. 2, p. 25-37, 2017.

Alves, Giovanni; Araújo, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência? um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 10, p. 53-70, 2013.

Archard, David. **Children: Rights and Childhood**. [S.l.]: Routledge, 2014.

Arend, Silvia Maria. F. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 - 1989). **Revista Tempo e Argumento**. v. 7, n. 14, p. 29-47, 2015.

Arend, Silvia. Maria. F. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). **Caderno Espaço Feminino**. v. 17, n. 01, p. 269-292, 2008.

Arendt, Hannah. **A condição humana**. 10º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

Arroyo, Miguel González. A infância interroga a pedagogia. *In*: Sarmiento, Manuel; Gouvea, Maria Cristina Soares de (Orgs.). **Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 119-138.

Braga, Douglas de Araújo Ramos. A infância como objeto da história: um balanço historiográfico. **Revista Angelus Novus**, n. 10, p. 15-40, 2016.

Coutinho, Luciana Gageiro. **Adolescência e Errância: destinos do laço social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

Corsaro, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Dabat, Christine. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2ª Ed. Rev. Recife: Ed. UFPE, 2012.

Dal-Rosso, Sadi; Resende, Mara Lúcia S. **Comerás o pão com o suor do teu rosto: as condições de emprego do menor trabalhador**. Ipameri: Thesaurus, 1985.

De Macedo, Elina Elias; Santiago, Flávio; Dos Santos, Solange Estanislau; De Faria, Ana Lúcia Goulart. Infâncias e descolonização: desafios para uma educação emancipatória. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 2, p. 38-50, 2017.



Anderson Rafael Lima da Silva

Entre a agência e a exploração: reflexões historiográficas sobre crianças e adolescentes explorados nos mundos do trabalho adulto no Brasil

Dourado, Ana; Dabat, Christine; Araújo, Teresa Corrêa. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: Priore, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. Ed. 5ª reimpressão: São Paulo: Editora Contexto, 2020.

Marx, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Vol. 1 - Livro primeiro: O processo de produção do capital. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

Miranda, Humberto da Silva. “De tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas”: crianças e (in)justiças do mundo do trabalho na década de 1930. **Anos 90**, v. 28, p. 1–13, 2021.

Miranda, Silvanir Marcelino de. **Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri - MG**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

Miranda, Humberto Silva. Crianças no mundo do trabalho adulto: a História de Grilo e as memórias de infâncias perdidas (Recife, 1920-1930). **História UNICAP**, v. 5, n. 9, p. 146–160, 2018.

Miranda, Humberto da Silva. **Nos tempos das FEBEMS**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964 – 1985). Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

Miranda, Humberto da Silva. Precisamos falar de menorismo estrutural. **Empório do Direito**, 7 set. 2021. Disponível em: <http://emporiოდireito.com.br/>. Acesso em: 5 set. 2021.

Moura, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Mulheres e Menores no Trabalho Industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

Moura, Esmeralda Blanco B. de. Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da Criança no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1995. p. 112-128.

Moura, Esmeralda Blanco B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: Priore, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 259-288.

Perrot, Michelle. **Figuras e papéis**. In: Perrot, Michelle. (Org.). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 107-165.

Quijano, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 246-276.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: Santos, Boaventura de Souza; Menezes, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 73-118.



Anderson Rafael Lima da Silva

Entre a agência e a exploração: reflexões historiográficas sobre crianças e adolescentes explorados nos mundos do trabalho adulto no Brasil

Rosemberg, Fúlvia. Educação: para quem? **Ciência e Cultura**, v. 12, n. 28, p. 1467-1471, 1976.

Thompson, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa**. Vol. I: A árvore da liberdade. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Thompson, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. V. II: A maldição de Adão. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thompson, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III. A força dos trabalhadores. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thompson, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Wanderley, Tereza (Org.). **Os Trabalhadores Invisíveis: Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco**. Recife: Centro Josué de Castro, 1993.

Submetido em: 23 de fevereiro de 2026

Avaliado em: 11 de abril de 2026

Aceito em: 13 de maio de 2026